



# A Sociedade Civil Duas Décadas Depois

## Uma Experiência da Europa Central e Oriental - O Caso da Eslováquia

*“Bem! Já vi muitas vezes um gato sem um sorriso,” pensou Alice, “mas um sorriso sem um gato! É a coisa mais curiosa que já vi na minha vida!”*

**A** procura de um conceito geral inclusivo de sociedade civil e de uma visão abrangente do seu funcionamento faz lembrar a Alice no País das Maravilhas. Por vezes a sociedade civil é como o Gato Risonho, uma personagem icónica que Alice encontra no País das Maravilhas, famoso por se desvanecer no ar, deixando apenas o seu grande sorriso. Já vimos sociedades sem uma sociedade civil – mas uma sociedade civil sem uma sociedade!?

### AS MUITAS FACES DA SOCIEDADE CIVIL

O próprio conceito de sociedade civil tem, na realidade, muitas interpreta-



POR  
**Martin  
Butora**

Membro da Direcção da  
European Partnership for  
Democracy (EPD)

ções, dependendo do ambiente cultural, político e geográfico em que é utilizado.

É frequentemente definido como o espaço entre a família, o mercado, e o estado, onde a cultura cívica se desenvolve e onde várias instituições, organizações e indivíduos funcionam.

De acordo com uma das noções mais simples, a sociedade civil é a esfera de relações, processos e espaços que permi-

te às pessoas trabalharem em conjunto para benefício de uma mudança positiva na sociedade. Todavia, esta “mudança positiva da sociedade” e o papel da sociedade civil em alcançá-la são compreendidos de forma diferente por várias pessoas, dependendo das suas próprias crenças e convicções, do ambiente social em que vivem e da sua posição nessa sociedade, da sua experiência de vida, dos seus desejos e dos seus planos.

No último terço do século XX, a sociedade civil e o desenvolvimento dos sectores não-lucrativo, voluntário ou do terceiro sector foi atractivo para as várias escolas de pensamento.

Para os liberais, o funcionamento livre dos indivíduos e as associações cívicas independentes faziam parte dos direitos naturais inerentes.

Para as pessoas com uma orientação

social-democrata, uma sociedade civil dinâmica significava uma participação cívica significativa e o fortalecimento da solidariedade como uma forma de solucionar os conflitos sociais.

Os conservadores entenderam que um terceiro sector forte e as organizações cívicas funcionam como um instrumento para limitar o papel do estado.

Como um derivado de uma sociedade civil fortalecida, os partidos de orientação cristã prometeram o cumprimento do princípio de subsidiariedade, que delega a responsabilidade de resolver os problemas sociais ao nível mais baixo possível.

Os comunitários viram na sociedade civil a esperança de fortalecer um modelo social onde prevaleceriam os interesses do indivíduo, mas onde temos consciência do geral, da comunidade e da integração da comunidade na sociedade.

O conceito é também amplamente utilizado por governos e burocracias. Os Estados Unidos têm Tomica Tellemann, o Conselheiro Sénior do Departamento de Estado para a Sociedade Civil nas Democracias Emergentes; a Eslováquia criou um posto de Plenipotenciário do Governo para o Desenvolvimento da Sociedade Civil; a UE e outras instituições internacionais têm aprovado muitos documentos sobre a importância da sociedade civil, participação cívica e diálogo cívico para democracias genuínas. No entanto, nem todos os governos: para o Sr. Lukashenka na Bielorrússia, a sociedade civil é mais um objecto de investigação e intervenção do que um parceiro para cooperação.

Obviamente, as contemplações sobre a sociedade civil têm uma tradição muito mais antiga no pensamento ocidental, inspirando-se em Aristóteles e Cícero até Locke, Kant e Hegel, assim como Gramsci. A nova linha de pensamento está associada a Ernest Gellner, Ralph Dahrendorf e Robert Putnam.

No seu trabalho abrangente, os cientistas políticos Jean L. Cohen e Andrew Arato apresentam um interesse renovado na sociedade civil, no contexto do pensamento europeu no século XX. No seu trabalho assinalam contribuições de Hannah Arendt, Michel Foucault, Niklas Luhmann, Jürgen Habermas e Ronald Dworkin, captando a esfera da sociedade civil como terreno promissor para a democratização.



***A actual Eslováquia é um país que está a passar por uma experiência invulgar. Talvez pela primeira vez na história, as mais diversas mentalidades coexistem num único espaço***

Larry Diamond, Marc Plattner e muitos autores do Journal of Democracy reflectiram sobre o conceito e as suas aplicações.

Há já algumas décadas que as questões relacionadas com o terceiro sector e a sociedade civil têm captado a atenção dos académicos ocidentais assim como dos políticos e dos teóricos nos países pós-comunistas. Em Problems of Democratic Transformation and Consolidation, um dos maiores contributos para o estudo das transformações na Europa do Sul, América do Sul e Europa pós-comunista, o sociologista Juan L. Linz e o cientista de política comparada Alfred Stepan viram a existência de uma sociedade civil dinâmica como uma das cinco áreas decisivas para o sucesso da consolidação democrática (em conjunto com uma sociedade política autónoma, um estado de direito, uma máquina de estado funcional e uma sociedade económica).

Eles viram-na como uma área “onde grupos, movimentos e indivíduos auto-organizadores, relativamente autónomos do estado, tentam articular valores, criar associações e solidariedades, e fazer avançar os seus interesses.”

## **CONTROVÉRSIAS SOBRE A SOCIEDADE CIVIL**

**Democracia representativa versus democracia participativa; sociedade civil “incivil”**

Apesar de a sociedade civil, enquanto noção, estar irrefutavelmente ligada à democratização e ao conceito de sociedade aberta, e o papel da sociedade civil na queda do comunismo ser amplamente reconhecido, a questão da sua contribuição para a consolidação democrática gera controvérsia. É por isso que Egle Verseckaite intitulou o seu grande estudo comparativo sobre este tópico, publicado em 2009, *Splendor and Misery of Civil Society in Central and Eastern Europe* [Esplendor e Miséria da Sociedade Civil na Europa Central e de Leste].

Alguns defensores da democracia representativa preocupam-se com o envolvimento político das entidades não políticas de uma sociedade civil.

Porquê? Porque vêem a “densa teia de associações” Tocqueviliana como possível ameaça ao funcionamento justo e correcto dos estados modernos e dos mercados (Mancur Olson).

Argumentam também que as associações cívicas poderão enfraquecer os partidos políticos.

A este respeito, uma sociedade civil demasiado “abundante” ou “espessa” poderia paradoxalmente ser um peso para um estado democrático liberal.

Estes críticos consideram as associações um perigo para a democracia pois elas “servem de mediadoras e representam um interesse parcial (profissional, grupo) e não um interesse geral, colectivo e político.” E é verdade que, logo após as mudanças de 1989, se tornou claro que a livre associação de cidadãos não é a forma única e decisiva de estruturar um novo sistema na sociedade. A democracia representativa e o estado de direito, em conjunto com a democracia participativa, passaram a estar em destaque, desde a concorrência partidária em eleições livres a um sistema judiciário independente.

Reorganizou-se o ambiente económico com um grande e variado espectro de instituições apoiantes do mercado. Os meios de comunicação social, que estavam numa fase de desenvolvimento um tanto turbulento, determinaram os temas a serem debatidos publicamente. Gradualmente outros actores, incluindo o estado, transformaram-se nos organizadores-chave da vida.

Por outro lado, o crescimento de um sem número de organizações não-governamentais, o boom associativo, foi das maiores inovações sociais das últimas décadas do século XX. Lester Salamon e Helmut Anheier referiram-se ao terceiro sector como uma “nova força global”, Jessica Mathews escreveu sobre uma “deslocação de poder” a favor dos intervenientes não governamentais. Este universo em crescimento acelerado incluiu a mais diversificada colecção de pessoas: grupos de vizinhos, grupos de interesses especiais, grupos profissionais, grupos que fornecem serviços, grupos de pressão, grupos de carácter religioso ou secular. Os autores britânicos Geoff Mulgan e Charles Landry designaram o terceiro sector de “a outra mão invisível”, (conjuntamente com “a mão invisível do mercado”): apesar de alguns grupos tradicionais no Reino Unido terem vindo a sofrer um declínio do número de aderentes, a força crescente de outros grupos mais recentes tem sido surpreendente.

A robustez desta “revolução associativa” reflecte o desejo e o esforço de milhões de pessoas em todo o mundo para participarem em algo significativo que lhes possa trazer benefícios mas que também serve o bem comum, algo que vai para além dos destinos ou horizontes individuais.

No entanto, por outro lado, com os últimos desenvolvimentos, este entusiasmo diminuiu um pouco. No início do século XXI, foi mais uma vez confirmado que nem todas as formas de associação servem o interesse público, e que também se pode fazer mau uso da liberdade de associação, para actos contra a sociedade. Também existem intervenientes não governamentais que fazem uso da violência – os terroristas e as suas redes.

A sociedade civil também tem o seu lado mais negro. Do passado, podemos salientar a República de Weimar e a Ale-

manha pré-hitleriana onde o activismo cívico, entre outros factores (tal como a fraqueza de instituições políticas), contribuíram para a rejeição e a queda da democracia parlamentar. Uma ampla associação não conduz necessariamente a uma democracia estável, como também foi confirmado no caso do fascismo italiano. A estes exemplos outros autores têm adicionado casos de movimentos racistas, contra os negros, nos Estados Unidos e os da máfia que funcionam em diversos países. Por outras palavras, a sociedade civil não consiste “apenas de causas nobres e de actores fervorosos e bem intencionados”; é “um conjunto desconcertante do bom, do mau e do simplesmente bizarro”.

Reconhecer que pessoas em qualquer sociedade se associam e trabalham em conjunto para promover fins nefastos mas também meritórios, continua Thomas Carother, é crucial para desmistificar o conceito de sociedade civil.” Ele cita um comentário de David Rieff: se limitarmos a sociedade civil às entidades que lutam por causas nobres, o conceito transforma-se numa “noção teológica, e não política ou sociológica.”

Neste sentido, em contraste com a sociedade civil, frequentemente falamos de sociedade civil incivil, ou seja, da associação de indivíduos que fazem parte de uma componente da sociedade civil mais “indecente” e “incivilizada”.

No passado, estas associações incluíram movimentos, sindicatos e correntes que pendiam para ideologias militantes como o nazismo, o fascismo e o comunismo.

Hoje em dia, aqueles que continuam estas tradições concentram-se em instalar a ordem com mão de ferro, reprimindo a alteridade. Rejeitam outros grupos étnicos, estrangeiros e membros de minorias religiosas e sexuais. São frequentemente semelhantes uns aos outros, mesmo que existam em países diferentes.

### UMA HISTÓRIA DE DOIS VACLAVS

Na Europa Central e Oriental, dois políticos eminentes representaram dois pontos de vista sobre a sociedade civil.

O primeiro, o anterior presidente da República Checa, Vaclav Havel, estava convencido de que a democracia pode

ser melhorada não apenas quando os interesses das pessoas são promovidos pelos partidos políticos mas também quando são promovidos por unidades não políticas de uma sociedade civil: considerava que um terceiro sector próspero era um elemento indispensável de uma sociedade civil madura. Vaclav Klaus, o actual presidente checo, tem sido um crítico feroz do que ele chama de “ONGismo” e “direitoshumanosismo”, e um defensor dos partidos políticos. Tem sido uma voz eloquente na oposição tanto ao conceito como às práticas da sociedade civil.

O contributo de Havel neste campo apresenta quatro dimensões.

Em primeiro lugar, o anterior presidente checo estava profundamente convencido de que vale a pena apoiar, iniciar e cultivar pequenas “ilhas de autorreflexão e auto-libertação” independentes.

Em segundo lugar, tratava-se de um elemento essencial da sua vida e pensamento – “cuidar da alma”, uma tentativa de ancorar os actos humanos na moralidade. Esta postura aproximou-o do filósofo checo Jan Patočka, que morreu após uma série de interrogações levadas a cabo pela política secreta, por ter assinado o manifesto Charta 77. Ele conjugou admiravelmente este sustento da alma com uma preocupação pelos assuntos públicos e pelo espaço público, que interpretou no seu sentido mais lato.

Em terceiro lugar, escolheu “viver na verdade”. Na sua carta a Alexander Dubcek, escrita em Agosto de 1969, Havel definiu três opções para o político da Primavera de Praga. Este poderia exercer autocrítica e aceitar a visão soviética e a versão de Breznev dos acontecimentos: a ocupação da Checoslováquia foi lógica e necessária para evitar uma contrarrevolução. Poderia submeter-se calmamente e esperar para ver o que é que poderia acontecer a seguir. Mas Dubcek poderia também “dizer a verdade, defendê-la, e rejeitar tudo o que a pudesse deturpar”. Dubcek não o fez, mas Havel fê-lo: na carta ele definiu o modelo para a sua atitude perante a vida, “viver na verdade”, pelo qual foi parar à prisão. Quarenta anos mais tarde, criticou a decisão do Presidente Obama em não receber o Dalai Lama, por causa de uma visita à China agenda-da para breve: um “pequeno compro-

misso” que poderia ser o começo dos compromissos grandes e perigosos.

Em quarto lugar estava o seu entendimento de esperança. Para ele, a esperança era um estado de espírito e não um estado do mundo. A esperança não é um vaticínio, é “uma orientação do coração”. Não é uma convicção de que algo correrá bem, mas a certeza de que algo faz sentido, independentemente do resultado.

## O TERCEIRO SECTOR COMO PARTE DA SOCIEDADE CIVIL E AS SUAS RELAÇÕES COM O GOVERNO

O potencial que o terceiro sector tem (ou do sector não lucrativo, ou voluntário, ou ONGs) para contribuir para uma mudança positiva na sociedade e para melhorar a qualidade de vida é enorme, mas para que este potencial seja plenamente alcançado, o sector precisa de parceiros e aliados.

Ao utilizar um quadro conceptual concebido por Adil Najam (os chamados quatro Cs das relações do terceiro sector com o governo – cooperação, confrontação, complementaridade e cooptação), podemos dizer que nos países da PECO, nas últimas duas décadas, as interacções mútuas assumiram muitas formas.

Entre elas, a cooperação e a complementaridade provaram ser mais favoráveis ao melhoramento da qualidade de vida e bem-estar dos habitantes do que quaisquer outras formas. Além disso, devem ser adicionados outros modos de relacionamentos: controlo (organizações de vigilância) e crítica (ONGs que oferecem políticas alternativas).

As associações cívicas podem levar a cabo uma função de controlo e deste modo contribuir para a criação de políticas eficazes e uma melhor gestão económica por parte do estado. As medidas preventivas adoptadas graças às ONGs já pouparam ao estado e ao governo local somas incalculáveis de dinheiro.

Frequentemente, as ONGs não executam apenas uma função económica, acumulam também capital social, fortalecendo assim a coesão da sociedade – o que normalmente se aplica, em menor grau, a actividades conduzidas pela administração estatal. E há um elemento novo: pela primeira vez na história, os países da PECO têm a experiência de viver há mais de vinte anos em regimes democráticos.

## LEGADOS DO PASSADO

### A Europa Central e Oriental e a Eslováquia como um “trabalho em curso”: atrasados e a recuperar

Quando se considera o carácter da actual sociedade civil, não podemos contornar a herança histórica, que influenciou a sua formação. Surge-nos, à nossa frente, uma visão extraordinária. É, na realidade, mais uma série de “mapas mentais” do país, que mostram a Eslováquia e os seus habitantes como um “trabalho em curso” joyceano.

Durante mil anos, até ao final da Primeira Guerra Mundial, a Eslováquia fazia parte do Reino Húngaro. Durante séculos, em conjunto com os húngaros e muitas outras nações e grupos étnicos, também fez parte do Império Austro-Húngaro. Durante mais de sete décadas do século XX, a Eslováquia pertenceu ao estado checoslovaco. Todos os seus principais estímulos para o desenvolvimento da sua cultura ocorreram num contexto centro-europeu, quer fosse a Hungria, o Império Austro-Húngaro, ou a Checoslováquia.

Além disso, a Eslováquia é um dos poucos países europeus que tiveram a experiência dos três grandes regimes do século XX: democracia parlamentar com uma economia capitalista, um regime autoritário, de cariz fascista, durante a Segunda Guerra Mundial, e

também um levantamento contra este regime e, finalmente, todas as formas de socialismo, versão estalinista, reforma (1968) ou “normalização” neo-estalinista. E a Eslováquia não só teve a experiência destes regimes, como também participou na sua criação.

À semelhança da Polónia quando perdeu a sua independência nacional ou das terras checas, que existiram dentro do Império Austríaco sem o seu próprio estado, na Eslováquia também houve associações e sociedades culturais e educacionais, que procuraram reforçar a consciência nacional do povo eslovaco.

Contudo, enquanto as várias instituições e actividades cívicas, especialmente a nível das bases – tal como cooperativas, associações de agricultores, círculos de leitura, escolas dominicais, ligas contra o alcoolismo, grupos de autoajuda, teatros amadores, coros, conjuntos de aldeia – estavam presentes, o seu *modus operandi* era limitado e rigorosamente controlado pelas autoridades do reino húngaro. Em comparação com a parte checa da monarquia, a Eslováquia teve uma posição inicial bastante pior para a sociedade civil. Apesar de os checos terem também ficado sem estado após terem sido absorvidos pelo Império de Habsburg, alcançaram no entanto um maior sucesso durante a segunda metade do século XIX.

Graças à gradual emancipação nacional e política, tiveram a oportunidade de se organizarem a nível das bases e desenvolver actividades como cidadãos livres nas vilas e aldeias. A burguesia checa cresceu em força, construiu a indústria checa e responsabilizaram-se pela modernização capitalista. Os governos locais foram um dos elementos de apoio à comunidade nacional checa, onde os seguidores do movimento nacional checo se afirmavam. Gradualmente, as actividades de sindicatos e associações adquiriram uma nova dinâmica. Os checos também construíram as suas próprias escolas – primárias, secundárias e até instituições de ensino superior. E toda esta actividade registada e comentada pela imprensa checa.

Os eslovacos simplesmente não tinham tais condições, apesar de L’udovít Štúr, a figura-chave da renovação nacional eslovaca, ter prestado atenção não só aos aspectos políticos do desenvolvimento polaco, mas também às suas di-



**Os cidadãos começaram a prestar mais atenção às questões de democracia. De 1994 em diante a democracia e o estado de direito passaram a ser as preocupações dominantes**



| Marc F. Plattner |

*Pessoas de várias gerações políticas vivem aqui em conjunto com outras que têm experiências diversas. A questão agora é saber se a sociedade terá capacidade de utilizar esta pluralidade de mentalidades de um modo produtivo.*

mensões cívicas, ao activismo e, em especial, ao “pequeno trabalho”, tanto em termos práticos como teóricos. Quanto ao seu contributo intelectual, durante os anos de 1845-1846 Štúr foi autor de três estudos sobre a importância da associação cívica para bem da sociedade. A sua linguagem e raciocínio eram semelhantes aos de Alexis de Tocqueville.

Contudo, a ideia de democratização ou mesmo a ideia de sociedade civil tal como a ligada à modernização democrática na sociedade, nesse tempo não teve adeptos na Eslováquia. Assim, a Eslováquia permaneceu na situação desvantajosa de maior atraso.

Historicamente, a vida associativa na Eslováquia prosperou em condições de democracia. Após a primeira República Checoslovaca de 1918 ter sido estabelecida, todos os cidadãos adquiriram direitos cívicos e políticos, e as actividades associativas prosperaram. Entre as guerras mundiais, existiram na Eslováquia mais de 16 mil associações de todos os tipos. A explosão cultural teve como resultado numerosos livros, jornais, revistas, nova

música, e novas peças de arte visual eslovacas. Surgiam novas organizações educativas, de educação física, religiosas e teatrais. “Estas literalmente milhares de associações,” escreve o historiador L’ubomír Lipták, “não só trabalhavam na cultura e na educação, como atraíam pessoas para as actividades públicas; ensinavam-lhes a democracia passo a passo”. Começou a aparecer uma classe média eslovaca. “Os residentes da Eslováquia estavam a tornar-se cidadãos”. Na consciência eslovaca e no seu discurso político, o conceito de convergência afirmou-se.

As ONGs passaram assim a ser um dos intervenientes na luta por uma Eslováquia democrática.

Os desenvolvimentos na Eslováquia durante a década de 1990 foram diferentes dos que tiveram lugar nos outros países do Quarteto de Visegrado, nos países do Báltico e na Eslovénia. As tentativas por parte dos poderes governamentais no sentido de limitar o espaço para organizações cívicas foi para além dos limites toleráveis e, em conjunto com outras violações dos princípios de-

mocráticos, desviaram a Eslováquia do caminho da transformação.

As ONGs têm-se mantido activas e visíveis na vida pública, tendo como objectivo construir uma cidadania responsável, fornecer serviços, preservar a diversidade, testar as inovações sociais, monitorizar e controlar quem está no poder, promover uma governação democrática e reflectir criticamente sobre os problemas sociais, políticos e económicos do país, implementar um grande número de iniciativas de apoio, criar alianças mais alargadas e realizar campanhas em conjunto. O exemplo de sucesso mais importante deve ter sido a campanha a nível nacional intitulada *O Que Não É Secreto É Público*, em 2000, a favor de uma boa Lei de Liberdade de Informação, e que foi apoiada por mais de 120 ONGs, juntando mais de 100 mil membros. Graças a esta campanha, os cidadãos eslovacos obtiveram uma das melhores leis da Europa, que obriga os funcionários da administração do estado a fornecerem informações.

Relativamente a uma perspectiva de longo prazo, é possível distinguir entre três ciclos históricos. Em meados da década de 1980 a Eslováquia era um país com um comunismo não reformado, com um herança de modernização socialista e sem qualquer futuro enquanto civilização digna. Dez anos mais tarde, em meados da década de 1990, a situação política tinha mudado, mas o sucesso foi ameaçado por tendências autoritárias. Ao longo da década seguinte, o país progrediu significativamente em direcção a uma modernização democrática – mesmo quando a desilusão dos cidadãos quanto à falta de moralidade na esfera pública se mantinha muito espalhada.

Os frutos da associação e da filantropia aumentaram a qualidade de vida na Eslováquia e contribuíram para uma construção gradual da sociedade aberta. As ONGs criaram, disseminaram e reproduziram três tipos de riqueza específica na sociedade: riqueza cognitiva; riqueza de experiência prática; e riqueza de modelos de comportamento pró-sociais. Utilizaram vários modos de contribuir para a mudança cultural e a modernização democrática do seu país.

**A.** Em 1993-1998, uma parte do sector assumiu o perfil de controlo do poder e passou a ser um baluarte importante contra as tendências autoritárias. Isto foi uma verdadeira revolução mental copér-

nica, num país mergulhado no medo e no desamparo cívico, com uma longa história de sujeição ao poder vigente. Depois de 1998, as organizações cívicas continuaram a realizar o seu controlo do poder, a dar apoio e a manter as suas funções de fazedores de opinião, continuando ainda hoje a manter as mesmas funções.

**B.** Uma outra parte do terceiro sector demonstrou o seu potencial de perito ao transformar-se numa fonte de abordagens alternativas às políticas públicas. A criação de propostas alternativas em conjunto com uma revisão crítica das políticas de estado “oficiais” existentes aumenta a concorrência no “mercado das ideias” ou no “mercado das políticas públicas”, proporciona um debate público mais qualificado e, no final do dia, também uma escolha mais informada sobre decisões políticas.

**C.** Um outro segmento do terceiro sector estabeleceu-se como um fornecedor de serviços indispensável. Estas actividades não eram apenas um suplemento aos cuidados do estado, oferecendo muitas vezes uma alternativa muito melhor.

**D.** As organizações não-governamentais têm também sido um poço de inovação, uma espécie de “laboratório de experimentação”. Trabalham com um determinado “capital de risco social”, que lhes permite testar novas abordagens numa pequena escala. Já houve dúzias de inovações desenvolvidas e controladas pelas ONGs, como os assistentes de professores roma nas escolas; grupos de autoajuda para mulheres a recuperar de cirurgias de cancro da mama; escolas alternativas; hospícios; programas de micro-empréstimo destinados a mulheres em meios desfavorecidos; centros para mães, agências de trabalho especializadas para grupos sociais desfavorecidos; fundações comunitárias; organizações ambientais relacionadas com questões de resíduos; serviços destinados a pessoas com a Doença de Alzheimer; agências de apoio e aconselhamento jurídico para os cidadãos, e muito mais.

**E.** E, finalmente, algumas ONGs começaram a participar em projectos humanitários e em mudança democrática fora das fronteiras da Eslováquia. A passagem de país beneficiário para país doador aconteceu de forma muito rápida. A capacidade de pensar nos outros, de se sentir responsável pelos seus destinos e pela resolução



## **Ao longo das duas últimas décadas, o terceiro sector criou uma rede extremamente rica, diversificada e flexível de formas, esquemas organizacionais, iniciativas e ideias, que levaram à evolução da sociedade**

de questões globais representa o rebento de uma nova orientação mental que ultrapassa o provincialismo e os sentimentos de insignificância geográfica e pequenez.

### **ACÇÕES ÚTEIS PARA O FUTURO**

Ao longo das duas últimas décadas, o terceiro sector, como parte da sociedade civil, criou uma rede extremamente rica, diversificada e flexível de formas, esquemas organizacionais, iniciativas e ideias, que levaram à evolução da sociedade. Construiu uma fundação intelectual para reformas sociais, proporcionou um mecanismo de controlo de poder, defendeu os interesses de vários grupos de cidadãos, ofereceu serviços úteis, ajudou a resolver problemas ambientais, sociais e de saúde e reagiu às necessidades das comunidades, cidades e regiões da Eslováquia. Milhares de pequenas organizações, iniciativas, clubes e organizações de voluntariado demonstraram a sua utilidade e resultados extraordinários.

Para que estas experiências tenham repercussão e o seu potencial existente seja utilizado, as organizações não-governamentais e os cidadãos activos que trabalham nelas precisam de desenvolver laços de parceria, fortalecer a sua infraestrutura institucional, saltar

a energia escondida tanto nas gerações mais jovens como nas mais velhas; melhorar os funcionários da administração pública; e educar, formar e acompanhar potenciais intervenientes e portadores de mudança social positiva.

A primeira esfera de acção útil deve ser a consolidação dos cidadãos activos – a sua educação, preparação, formação e exercício. Isto inclui o desenvolvimento da capacidade pessoal para a parceria e para a participação cívica, assim como a consolidação da motivação e das competências dos indivíduos activos nos processos participativos. As campanhas sociais que mobilizam os cidadãos também pertencem a esta categoria.

A segunda categoria tem que ver com a acumulação do capital social, que aumenta a coesão na sociedade. Os cidadãos empenhados e preparados, quer façam parte de associações activistas ou trabalhem como profissionais em pequenos grupos de reflexão, devem apoiar tal acumulação de capital social, ao participarem na criação de estratégias de desenvolvimento regional, através de um diálogo de parceria com os representantes das cidades, das comunidades, das igrejas, das empresas e dos meios de comunicação.

A terceira esfera de acção engloba grupos de habitantes que, por um lado, precisam de ajuda e cuidados para si mesmos (são “consumidores” de cuidados) e, por outro, podem eles próprios contribuir como fornecedores de ajuda e de cuidados (podem ser “produtores” de cuidados). Tais grupos incluem, por exemplo, idosos e mulheres, e também grupos como pessoas com deficiência, os roma e muitos mais.

A quarta esfera de acção engloba o apoio a formas já provadas e a procura de novas formas de debate público e deliberação sobre problemas sociais cruciais e tendências na sociedade. Tal iniciativa poderia incluir a televisão e programas de comentários moderados por especialistas cívicos e activistas; fóruns cívicos públicos; mesas redondas regionais; “clubes de debate” itinerantes, debates na internet, etc. Um tema especial aqui é a participação dos estudantes e dos jovens em debates e projectos a nível europeu.

A quinta esfera de acção deve ser focalizada num projecto imaginativo relacionado com a cidadania europeia, com o envolvimento de voluntários, líderes jovens, professores, jornalistas, etc. ■